



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Ministro da Controladoria-Geral da União sobre as denúncias de fraude no Programa de Educação de Jovens e Adultos no Ministério da Educação.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Controladoria-Geral da União acerca das denúncias divulgadas pelo programa Fantástico, da TV Globo, relacionadas a graves irregularidades constatadas no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 35 cidades brasileiras, conforme levantamento realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU):

1. Quais são as 35 cidades brasileiras nas quais foram constatadas irregularidades no programa EJA?
2. Qual é o número total de alunos atualmente matriculados no programa EJA nessas cidades? Quantos desses alunos foram identificados como estando em situação irregular, segundo o levantamento realizado pela CGU?
3. Quais foram as principais irregularidades detectadas pela CGU no programa EJA dessas localidades?
4. Qual é o valor total de recursos públicos investidos no programa EJA nessas 35 cidades? Quanto desses recursos foi identificado como potencialmente aplicado de forma irregular ou indevida?





5. Existem valores que já foram recuperados ou estão em processo de devolução aos cofres públicos? Em caso afirmativo, qual o montante?
6. Já existem medidas estão sendo adotadas pela CGU para responsabilizar eventuais gestores públicos envolvidos?
7. Existe alguma previsão de abertura de auditoria de outros programas de transferência de recursos do Ministério da Educação como PNAE, PNATE, PDDE?

JUSTIFICAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um programa essencial para a inclusão social e educacional, especialmente voltado para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade adequada. A gravidade das denúncias apresentadas pela CGU revela não apenas falhas administrativas, mas também possíveis desvios de recursos públicos que deveriam ser destinados à promoção do direito básico à educação.

As irregularidades constatadas em 35 cidades brasileiras, segundo o levantamento da CGU, comprometem diretamente a qualidade e a efetividade do programa EJA. A identificação de alunos em situação irregular e o possível uso indevido de recursos públicos apontam para a necessidade de uma apuração rigorosa e transparente dos fatos.

É imprescindível conhecer o montante total de recursos investidos no programa e o valor potencialmente aplicado de forma indevida, bem como as medidas adotadas para recuperar esses valores. A responsabilidade na gestão dos recursos públicos exige ações rápidas e eficazes para evitar prejuízos ao erário e assegurar a correta destinação dos investimentos na educação.

A transparência e a fiscalização contínua sobre programas educacionais, é uma forma de garantir o direito à educação de qualidade e a aplicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Messias Donato

responsável dos recursos públicos, promovendo a justiça social e o desenvolvimento do país.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO

Apresentação: 24/02/2025 15:15:47.150 - Mesa

RIC n.519/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255729975400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Messias Donato

